

BOLETIM 475

Brasília, 30 de novembro de 2017



NOVA DIRETORIA DA CONTRICOM TOMA POSSE HOJE EM CLIMA DE UNIDADE E DE CONGRAÇAMENTO

Acontece, hoje (30), a partir das 18 h, no CTE-CNTI, em Luziânia (GO), a posse da nova Diretoria da CONTRICOM, encabeçada pelo companheiro Altamiro Perdoná, em clima de unidade e de conagraçamento.

A Diretoria que será empossada é resultante da eleição de uma única chapa que se apresentou para disputar as eleições.

Cerca de 200 lideranças da categoria, de todo país, estão sendo esperadas para a cerimônia de posse que será presidida pelo presidente da CNTI, José Calixto Ramos.

Segundo Altamiro Perdoná, “a posse da nova Diretoria representará o resgate de todas as conquistas ao longo dos últimos anos, desde que a CONTRICOM foi fundada, e o início de uma nova etapa com novos desafios, principalmente em razão das graves ameaças que pairam sobre os trabalhadores e o movimento sindical”.

(CONHEÇA A ÍNTEGRA DA DIRETORIA QUE TOMARÁ POSSE NO SITE DA CONTRICOM)

Fonte: Comunicação CONTRICOM

Votar no ataque à Previdência é suicídio, diz “base” de Temer

Os trabalhadores convocam greve geral para o dia cinco de dezembro, pois, no dia seguinte, o governo pretende votar o ataque à Previdência.

Nos últimos dias, os privatistas da Previdência apresentaram vários “estudos” para “provar” que a população tem que aceitar – e, inclusive, aplaudir – quando é assaltada em seus direitos mais elementares.

Por exemplo:

A) Um sujeito que foi secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda na gestão Palocci/Lula – hoje um intelectual do mercado financeiro– apresentou um “estudo” a deputados

do PMDB, segundo o qual a despesa das Previdências estaduais e municipais vai superar a dívida pública **nos próximos 75 anos**.

Nem vamos perguntar como o autor do “estudo” sabe qual a despesa das Previdências estaduais e municipais nos próximos 75 anos, nem como ele sabe o que acontecerá com a dívida pública daqui a sete décadas e meia.

Porque o objetivo nada tem de sério. É, apenas, enganar incautos.

B) Outro gênio calculou que, se os atuais aposentados tivessem sido submetidos às regras que o governo quer aprovar, “somente” 35% deles seriam prejudicados.

Vamos imaginar que isso é verdade. Seriam prejudicados **6 milhões e 500 mil aposentados**. O autor dessa conta acha, provavelmente, que 6,5 milhões de pessoas – e mais aqueles que dependem, de uma ou outra forma, deles – é pouca coisa.

Mas não é verdade que somente 35% dos aposentados seriam afetados. Porque, para começo de conversa, essa “reforma” de Meirelles e Temer tem o objetivo de abrir a porta para outras alterações (no limite, o fim da previdência pública – o famoso modelo Pinochet, em que só se aposenta quem tem dinheiro, e, mesmo assim, se a arapuca de “previdência privada” não quebrar).

Deixar essa coisa passar – para usar uma comparação publicável em um jornal de família – é como deixar a água de um dique fluir, sem obstáculo, por um buraco. A próxima coisa que vai acontecer é o desmoronamento do dique.

Mas esse fenomenal “estudo” mereceu chamada de capa de outro jornal paulistano.

C) O Ministério do Planejamento também fez um “estudo”, segundo o qual, se não houver a



“reforma” da Previdência do Meirelles, a recessão “vai voltar”.

Muito interessante: o país está parado, sem que haja qualquer relação com a Previdência, mas devido à política econômica dos últimos governos.

Pelo contrário, as aposentadorias, que sustentam a economia de 64% dos municípios brasileiros – isto é, de 3.500 municípios – impediram que a crise, causada pela política econômica do governo, fosse mais devastadora. Sem elas, a economia teria entrado rapidamente em colapso, por falta de mercado interno no país.

Não é um acaso que nem a “base” de Temer se disponha a aprovar esse estrupício.

Essa “base” sabe perfeitamente que, aprovar algo que todo mundo é contra, é o melhor caminho para não ser reeleito e perder o foro privilegiado.

Fonte: Portal HoradoPovo



Câmara deve regular gestão fiscal após reforma da Previdência

Agenda divulgada por Rodrigo Maia inclui também redução de salário e tempo de trabalho de servidores quando ultrapassado limite de gasto

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, afirmou que pretende votar nos próximos meses a regulamentação do Conselho de Gestão Fiscal. O órgão, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, aguarda deliberação da Câmara para sair do papel.

Entre as atribuições previstas do conselho estão normatizar e padronizar práticas contábeis aplicáveis ao setor público, inibindo manobras de “contabilidade criativa”, e avaliar a relação custo-benefício das políticas públicas.

Para Maia, o fato de o conselho ainda não ter sido regulamentado, apesar de a LRF ser de 2000, é ruim. “O Tesouro Nacional acaba comandando sozinho a gestão fiscal do Brasil”, declarou após evento em São Paulo.

A regulamentação faz parte do que Maia chamou de agenda “pós-reforma da Previdência”. Entre outros temas da agenda está a permissão de os entes federados reduzirem salários e tempo de trabalho dos servidores quando tiverem ultrapassado o limite de gasto. Essa possibilidade foi suspensa por liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

“A gente precisa começar uma agenda que trate desse segundo momento pós-reforma da Previdência, que é a reorganização do Estado brasileiro. Muitos temas que estão no Supremo podem ser votados”, explicou Rodrigo Maia.

Previdência - Questionado sobre a capacidade de a base governista alcançar os 308 votos necessários para aprovar a reforma da Previdência, Rodrigo Maia disse que o apoio à proposta aumentou nas últimas semanas e vai começar a “contar os votos” favoráveis nos próximos dias. “Vou começar a consultar os partidos para ver se a gente está longe ou perto [de ter os 308 votos]. A verdade é que está muito melhor do que estava há três semanas. Líderes que estavam radicalmente contra agora entendem que precisam pelo menos dialogar com suas bancadas para tentar construir o número, isso já é um avanço”, disse.

Para ele, um ponto que poderá ser negociado para aumentar o apoio à reforma é a criação de uma regra de transição para a aposentadoria dos servidores que ingressaram no serviço público antes de 2003. “Talvez criar uma transição para eles seja uma coisa justa, porque, diferentemente do que alguns servidores acham, a reforma não é contra eles, mas para que eles continuem recebendo salários em dia”, concluiu.

Fonte: Agência CÂMARA

BOLETIM DA CONTRICOM

Presidente da CONTRICOM

Francisco Chagas Costa – Mazinho

Secretário para Assuntos de Comunicação

Luis Carneiro Rocha

Redação e Edição

Instituto Dois Candangos (DF)